PODE A LIDERANÇA FALAR? UMA HISTÓRIA DE VIDA E RESISTÊNCIA NO QUILOMBO MENINO JESUS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA

William Wallace Melo Farias [1]
Leonardo Henrique Reis da Silva [2]
Lucas Raphael Nobre Saldanha [3]
Ma. Maria Fabíola da Silva [4]
Dra. Claudia Silva Lima[5]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo registrar a trajetória de vida e resistência da liderança do Quilombo Menino Jesus, evidenciando sua importância para a preservação da cultura, identidade e direitos da comunidade no município de São Miguel do Guamá-PA. Entende-se que esta pesquisa é fundamental para valorizar e dar visibilidade às narrativas sociais e culturais do território, contribuindo para o fortalecimento da memória coletiva quilombola. A metodologia adotada baseou-se em uma pesquisa bibliográfica com autores relevantes, como Bourdieu (1996) e Spivak (2010), aliada a uma abordagem qualitativa sustentada pela pesquisa de campo etnográfica, entrevistando a liderança da comunidade chamada Lucinha. Nesse processo, a entrevista realizada permitiu captar relatos, experiências e percepções que revelam a profundidade das práticas de resistência e da afirmação identitária vivenciadas no quilombo. Os resultados apontam que a trajetória de Lucinha, liderança local, demonstra que a resistência quilombola constitui um processo contínuo, tecido pela preservação da memória, pela organização comunitária e pela luta por visibilidade diante das desigualdades históricas. Registrar e analisar esse percurso significa reconhecer a potência de uma voz que, historicamente silenciada, afirma-se como protagonista da resistência e da continuidade do Quilombo Menino Jesus.

Palavras-chave: Trajetória de vida. Resistência. Liderança. Quilombo.

[1] Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Pará - UEPA. São Miguel do Guamá. Pará. Brasil.
wallaceh0911@gmail.com
[2] Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Pará - UEPA
leonardoreislhrs@gmail.com
[3] Graduando do Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade do Estado do Pará - UEPA
raphaelnobre1603@gmail.com
[4] Professora supervisora: Docente efetiva da Educação Básica em São Miguel do Guamá-PA. Mestra em Ensino de História pela UFPA. Licenciada em História pela UFPA. Supervisora responsável do PIBID Interdisciplinar do Campus XI/UEPA. mariafabioladasilva@yahoo.com.br
[5] Professora orientadora: Docente efetiva do Curso de Filosofia da Universidade do Estado do Pará-UEPA. Doutora e mestra em História pela UFMA. Licenciada em Filosofia/IESMA e Licenciada em Ciências Humanas/Sociologia/UFMA. Coordenadora de área do PIBID Interdisciplinar do Campus XI/UEPA. Claudia.s.lima@uepa.br

INTRODUÇÃO

A história das comunidades quilombolas no Brasil é marcada por processos contínuos de resistência, territorialidade e luta pela afirmação de direitos historicamente negados. Esses territórios, formados a partir da busca por autonomia de descendentes de africanos escravizados, tornaram-se espaços de produção de cultura, memória e organização comunitária. No interior dessas comunidades, as lideranças quilombolas desempenham papel central como guardiãs da memória, articuladoras políticas e mediadoras dos conflitos sociais, econômicos e ambientais que atravessam suas realidades, especialmente no contexto amazônico.

Apesar dessa importância, tais vozes nem sempre são plenamente reconhecidas pelos discursos oficiais, pelas políticas públicas e até mesmo por parte da produção acadêmica. Essa problemática dialoga diretamente com a reflexão de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), em *Pode o subalterno falar?* quando a autora evidencia como sujeitos subalternizados têm suas narrativas frequentemente silenciadas, mediadas ou reinterpretadas por estruturas de poder. No caso das comunidades quilombolas, dar visibilidade às trajetórias de suas lideranças significa romper com esse silenciamento histórico e reconhecer que essas vozes não apenas falam, mas produzem conhecimento fundamental para compreender a realidade do território.

É nessa perspectiva que se insere a trajetória da liderança Maria Lúcia Gomes de Castro Souza (conhecida como Lucinha), liderança do Quilombo Menino Jesus, localizado no município de São Miguel do Guamá-PA. Sua história revela um percurso marcado pela força, resistência e compromisso com a coletividade, constituindo um testemunho vivo das lutas pela dignidade, reconhecimento institucional e preservação do território. Registrar sua narrativa justifica-se pela relevância de sua atuação política, cultural e social, que contribui diretamente para a permanência e o fortalecimento do quilombo.

Além de Spivak (2010), a análise desta trajetória dialoga também com a teoria da ação de Pierre Bourdieu (1996), cuja abordagem rompe com as divisões tradicionais entre estrutura e agência, ou entre objetividade e subjetividade. Seu conceito de *habitus* permite compreender como as experiências vividas pela liderança ao longo de sua formação — experiências de luta, sobrevivência, trabalho comunitário, solidariedade e resistência cultural — são incorporadas como disposições duráveis que orientam suas práticas cotidianas. No caso da mulher quilombola, sua forma de liderar a comunidade, enfrentar desafios e articular estratégias de resistência não se origina apenas de escolhas individuais, mas de um habitus coletivo, historicamente transmitido, que reflete a materialidade e a força simbólica da vida quilombola.

Assim, compreender sua trajetória implica analisar como sua ação política se enraíza em saberes vividos, compartilhados e constantemente atualizados na experiência comunitária. Ao mesmo tempo em que enfrenta estruturas externas de dominação, como o racismo, a desigualdade e as ameaças ao território, essa liderança mobiliza um conjunto de disposições incorporadas que tornam possível sua atuação e sua legitimidade enquanto representante do quilombo.

Dessa forma, o presente estudo busca compreender como a trajetória de vida dessa liderança contribui para a visibilidade, permanência e fortalecimento do Quilombo Menino Jesus, evidenciando os fatores culturais, sociais e políticos que moldaram sua atuação. Ao registrar sua narrativa, pretende-se refletir sobre os desafios que envolvem o ato de "falar" enquanto sujeito subalternizado, à luz de Spivak, e analisar como o habitus quilombola, conforme Bourdieu, orienta práticas de resistência e organização comunitária.

Para alcançar tais objetivos, a pesquisa fundamenta-se em uma abordagem de natureza qualitativa, voltada à compreensão das experiências, narrativas e práticas de resistência da liderança estudada, valorizando os relatos pessoais e os contextos socioculturais nos quais estão inseridos. Conforme Vieira (2010), a pesquisa qualitativa requer uma análise detalhada das circunstâncias e do ambiente em que se desenvolve, bem como o contato direto entre o pesquisador e o objeto investigado, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, o estudo apresenta caráter bibliográfico, apoiando-se na análise de livros, artigos científicos, documentos e demais fontes que abordam a história, a cultura e as formas de resistência das comunidades quilombolas e suas lideranças. Segundo Gil (2002, p. 44-45) define que:

> [...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Além disso, realizou-se pesquisa de campo na comunidade quilombola Menino Jesus, no município de São Miguel do Guamá-PA, onde foi conduzida uma entrevista semiestruturada com a liderança Maria Lúcia Gomes de Castro Souza (Lucinha). Esse procedimento possibilitou o registro das narrativas orais, experiências e vivências da liderança local, constituindo fonte essencial para a compreensão da realidade estudada.

Para a organização e interpretação dos dados obtidos, adotou-se a metodologia de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977, p. 42), que a define como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas de análise das comunicações, visando à obtenção de indicadores que permitam inferir conhecimentos sobre as condições de produção e recepção das mensagens. Tal método possibilita a sistematização das informações coletadas, contribuindo para uma análise consistente e fundamentada.

No que concerne aos aspectos éticos, a pesquisa respeita as diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), assegurando a privacidade e o consentimento da participante. Para tanto, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ressalta-se que a entrevistada autorizou a utilização de seu nome completo e apelido no desenvolvimento do trabalho, conferindo legitimidade ao registro de sua trajetória.

Em síntese, a articulação entre referencial teórico, abordagem metodológica e a narrativa da liderança permite não apenas compreender sua história de vida, mas também evidenciar a centralidade de sua atuação na resistência, na organização comunitária e na continuidade do Quilombo Menino Jesus, reafirmando a importância de dar visibilidade a vozes historicamente silenciadas.

2 DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 Trajetória de vida e construção da liderança

Compreender a trajetória de uma mulher líder em um quilombo no município de São Miguel do Guamá exige muito mais do que uma análise objetiva ou uma narrativa linear de acontecimentos. Essa trajetória é composta por camadas de sentidos, afetos, resistências e lutas. Ela envolve, além da biografia individual, toda uma coletividade, uma ancestralidade e um território simbólico. Para dar conta dessa complexidade, é preciso recorrer a marcos teóricos que respeitem as particularidades do cotidiano e das relações sociais. É nesse ponto que as ideias de Bourdieu e Spivak se tornam fundamentais.

O campo em que essa liderança do quilombo atua — o campo político comunitário quilombola — é também um espaço de disputa simbólica e material. Ela precisa lidar com o Estado, com instituições públicas e privadas, com movimentos sociais e com os próprios membros da comunidade. Cada um desses atores possui expectativas, formas de poder e interesses específicos. Ressignificando Bourdieu (1996) é nesse campo, que ela constrói sua autoridade e seu reconhecimento, mobilizando diferentes tipos de capital, como o capital

simbólico (honra e respeito coletivo), o capital cultural (saberes tradicionais e ancestrais) e o capital social (redes de solidariedade e articulação). Esses capitais não estão dados, são conquistados, construídos a partir do engajamento, da escuta, da presença e da confiança mútua.

Para compreender essa dinâmica, é essencial recorrer à própria formulação teórica de Bourdieu sobre a articulação entre habitus, campo e capital. O autor explica que sua abordagem sociológica:

> [...] habitus, campo, capital — e que tem como ponto central a relação, de mão dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do habitus), opõe-se radicalmente aos pressupostos antropológicos inscritos na linguagem, na qual comumente se fiam os agentes sociais, particularmente os intelectuais, para dar conta da prática (especialmente quando, em nome de um racionalismo estreito, consideram irracional qualquer ação ou representação que não seja engendrada pelas razões explicitamente dadas de um indivíduo autônomo, plenamente consciente de suas motivações) (Bourdieu, 1996, p. 10).

A partir dessa leitura, compreende-se que a liderança exercida pela Lucinha não é fruto de um voluntarismo individual ou de uma racionalidade isolada, mas do entrelaçamento entre sua história incorporada — seu habitus — e as exigências objetivas do campo onde atua. Sua prática cotidiana, sua capacidade de mediar conflitos, de articular demandas e de representar sua comunidade diante de instituições externas é orientada por disposições adquiridas ao longo da vida, pela memória comunitária e pela experiência compartilhada com seu grupo.

Sua autoridade, portanto, emerge justamente dessa convergência entre o habitus construído na vivência quilombola e as posições possíveis no campo político comunitário. Ela age de forma estratégica, mas também de forma incorporada; mobiliza capitais, mas ao mesmo tempo os transforma; disputa reconhecimento, mas o faz sustentada por valores coletivos e pela ética da solidariedade que atravessa a história do quilombo.

A reflexão sobre a trajetória da liderança quilombola exige um olhar que ultrapasse a mera descrição de fatos históricos ou biográficos. Ao pensar esse percurso, torna-se fundamental compreender como essa mulher se constitui como sujeito político em meio a estruturas de desigualdade e silenciamento. Nesse sentido, as contribuições de Gayatri Chakravorty Spivak (2010) especialmente em “Pode o subalterno falar?” tornam-se essenciais para compreender as tensões que atravessam sua fala, sua visibilidade e sua capacidade de atuar no espaço público.

Spivak (2010) observa que o subalterno é aquele cuja voz não encontra canais legítimos para ser ouvida, indicando que o problema não é apenas falar, mas ser reconhecido como alguém capaz de falar. Essa reflexão é crucial para pensarmos a liderança quilombola. Sua atuação, por mais potente que seja, ocorre em um cenário onde discursos oficiais, instituições

e dinâmicas sociais frequentemente invisibilizam ou deslegitimam os saberes e a autoridade dos sujeitos quilombolas.

Spivak (2010, p. 126) nos convida a questionar os limites da representação e os mecanismos que produzem o silenciamento dos grupos subalternizados, segundo a autora: “o subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à "mulher" como um item respeitoso nas listas de prioridades globais”. O subalterno, nesse sentido, não é simplesmente alguém que “fala pouco”, mas aquele cuja fala não encontra condições materiais e simbólicas para ser ouvida. Sua voz é filtrada, reinterpretada ou apagada por estruturas de poder que mantêm certos grupos à margem do debate social.

Ao analisar a liderança feminina do quilombo Menino Jesus a partir de Spivak (2010), percebemos que sua prática política se constrói em meio a tensões constantes entre falar, ser ouvida e ser reconhecida. A mulher quilombola assume um papel de porta-voz de sua comunidade, seu engajamento social, não elimina as barreiras estruturais que tentam restringir sua presença nos espaços decisórios. Sua fala disputa legitimidade em arenas onde, historicamente, as vozes negras, femininas e quilombolas foram sistematicamente desconsideradas.

Ao pensarmos essa trajetória, percebemos que sua liderança é atravessada por disputas simbólicas, políticas e discursivas. Sua fala carrega a história de muitos; suas escolhas são pactos com a memória ancestral; suas práticas cotidianas são formas de manter viva a coletividade. A compreensão teórica aqui desenvolvida não é apenas um exercício interpretativo, mas um gesto de reconhecimento epistemológico: afirmar que há teoria na experiência, há filosofia na luta, há saber na prática comunitária.

Por fim, estudar a trajetória dessa liderança quilombola sustenta um convite ético: escutar. Escutar não apenas as palavras, mas o que se inscreve nelas, a memória, o sofrimento, a sabedoria, a esperança e o projeto político de um povo que resiste. Escutar o subalterno, como aponta Spivak (2010) significa romper com a lógica que historicamente o silenciou. E é justamente isso que este trabalho se propõe a fazer: criar espaço para que essa voz emergente seja reconhecida em sua potência, legitimidade e profundidade.

2.2 Raízes e pertencimento ao território

A Comunidade Menino Jesus é de origem negra, formada por descendentes de escravizados que se refugiaram na região em busca de liberdade. O local era de difícil acesso, o que favoreceu a permanência dessas famílias. A fundação da comunidade aconteceu entre

1920 a 1940. As primeiras famílias foram as de Emília Gomes de Castro e Antônio Caetano Vaz, que trabalhavam nas proximidades. Com o tempo, outras famílias se juntaram, e a comunidade começou a crescer.

O nome Menino Jesus surgiu de uma brincadeira entre dois adolescentes, Maria e Sátiro, que criaram a imagem do Menino Jesus em uma garrafa de vidro. O nome foi reforçado por Demétrio, rezador do vilarejo, que sugeriu o título "Menino Jesus" por ser próximo ao Natal. Desde então, os moradores realizam festas religiosas em homenagem ao Menino Jesus, com rezas, ladainhas e celebrações animadas com música e comidas típicas.

Lucinha nasceu e cresceu no Quilombo Menino Jesus, espaço onde aprendeu desde cedo a importância da terra e da convivência comunitária. Em suas palavras: "Eu nasci aqui na comunidade Menino Jesus... minha infância foi muito boa, fui bem educada pelos meus pais". (Lucinha, entrevista pessoal, 2025). A Fotografia 1 mostra a Lider Quilombola Lucinha, em sua casa.

Fotografia 1



Fonte: Silva (2025).

Essa origem territorial revela uma trajetória marcada pelo enraizamento e pela continuidade geracional. Seu relato evidencia o que Bourdieu (1996) denomina habitus, as disposições duráveis formadas pela experiência e incorporadas ao corpo social.

A fala da liderança mostra como o saber sobre o território, a natureza e o cuidado com os igarapés, herdado da mãe, se transformam em práticas cotidianas de resistência e pertencimento. Assim, o habitus quilombola de Lucinha é formado pela vida em comunidade, pela religiosidade e pela memória familiar, que garantem a continuidade das tradições locais.

2.3 Formação e saberes familiares

Ao ser questionada sobre as pessoas mais importantes na sua formação, Lucinha menciona com emoção, “Em primeiro lugar, meus pais, e depois uma prima e um cunhado que fizeram de tudo para que eu pudesse estudar” (Lucinha, entrevista pessoal, 2025). Essa lembrança reflete o papel central das redes de solidariedade na estruturação da vida quilombola. As figuras familiares, especialmente os pais e os parentes próximos, funcionam como transmissores de valores e condutas, o que Bourdieu chamaria de capital social, o conjunto de relações e apoios simbólicos que sustentam a ação coletiva.

Além disso, a liderança valoriza os ensinamentos da mãe, que falava sobre “preservação, amor pela natureza e cuidado com os igarapés” (Lucinha, entrevista pessoal, 2025). Essa transmissão oral de saberes, associada ao respeito pelos mais velhos, constitui o que Foucault (1995) identifica como práticas de saber e poder, modos pelos quais o conhecimento tradicional é transformado em instrumento de organização da vida e da resistência cotidiana.

2.4 Caminhada até a liderança

A trajetória de Lucinha até se tornar liderança nasceu do reconhecimento popular. Ela conta que foi escolhida por confiança e respeito: “O povo me escolheu para ser presidente da associação, e eu, mesmo cansada, assumi para não deixar a comunidade acabar” (Lucinha, entrevista pessoal, 2025). Esse reconhecimento não é apenas administrativo, mas político e simbólico. Spivak (2010, p. 45) lembra que, muitas vezes, as mulheres subalternizadas assumem responsabilidades coletivas não porque desejam ocupar o poder formal, mas porque “o silêncio imposto as obriga a agir para que a comunidade continue existindo”. No caso de Lucinha, sua autoridade emerge justamente desse lugar: ela fala e age onde o Estado silencia.

Isso mostra que sua liderança é fruto de um respeito simbólico construído ao longo do tempo — respeito e confiança reafirmados diariamente pela comunidade. Segundo Bourdieu (1996), é no campo social que os sujeitos disputam posições e legitimidade; no caso de Lucinha, essa legitimidade vem da sua postura ética e da escuta ativa. Como afirma Spivak (2010, p. 52), “a autoridade da mulher subalterna não nasce do título, mas da responsabilidade que ela assume diante dos outros”, o que dialoga diretamente com a forma como Lucinha se tornou referência no quilombo.

Sua forma de conduzir os trabalhos da associação não é de imposição, mas de diálogo e empatia, “Eu não obrigo ninguém a fazer nada, vou só na conversa e no carinho”. Essa forma de liderar ilustra o que Foucault (1995) chama de governamentalidade, ou seja, a arte de conduzir os outros sem dominar, exercendo o poder como prática de cuidado e responsabilidade coletiva.

2.5 Resistência cultural e luta pelo território

Lucinha afirma que “a resistência cultural é uma forma de lutar pelo território”. A fala revela uma consciência política enraizada no cotidiano, em que a cultura não é apenas tradição, mas ferramenta de luta.

Ela menciona eventos como a Consciência Negra, as quadrilhas juninas e os jogos comunitários, que fortalecem o sentimento de união e pertencimento. Esses momentos são expressões do que Bourdieu (1996) chama de estratégias simbólicas de permanência, práticas que reafirmam a identidade coletiva e mantêm a coesão do grupo diante das tentativas de apagamento. Uma resistência que emerge do ato de falar (Spivak, 2010). No entanto, quando Lucinha afirma que a resistência cultural é luta territorial, ela rompe essa lógica: ela fala a partir da luta de seu próprio povo, reivindicando o direito de nomear, de lembrar e de existir segundo seus próprios referenciais. Sua voz não é individual, mas coletiva; carrega a memória, o território e a história do Quilombo Menino Jesus.

2.6 Ser liderança e enfrentar desafios

Lucinha define sua liderança com simplicidade e firmeza, “Ser liderança é organizar o povo, não é mandar, é saber reconhecer a necessidade e o direito de cada um” (Lucinha, entrevista pessoal, 2025). Sua fala mostra uma ética do cuidado e do diálogo, onde o poder é exercido como escuta e não como imposição. Essa prática reflete o conceito foucaultiano de práticas de si, nas quais o sujeito se constitui eticamente por meio do cuidado com o outro.

Entre os desafios enfrentados, Lucinha cita a dificuldade em manter a organização quando “nem todos cumprem as tarefas no tempo planejado”. Ainda assim, ela se mantém firme, mostrando o que Bourdieu chamaria de disposição resiliente, uma resposta prática moldada por anos de luta coletiva.

2.7 Fé, comunidade e força coletiva

A fé aparece como uma força que estrutura a liderança e a resistência: “Acima de tudo, um Deus maravilhoso que eu tenho… abaixo de Deus, é o povo que me sustenta” (Lucinha, entrevista pessoal, 2025). Esse vínculo entre espiritualidade e comunidade reforça o habitus religioso do quilombo, um sistema de valores e práticas que orienta o modo de viver e resistir.

A fé de Lucinha se torna, assim, uma forma de resistência simbólica, pois, como Foucault sugere, o poder também se enfrenta com discursos e crenças que afirmam a vida. A espiritualidade, nesse contexto, é tanto consolo quanto estratégia de sobrevivência coletiva.

2.8 Projetos e sonhos para o futuro

Ao falar sobre o futuro, Lucinha expressa seus desejos, “Nosso sonho é ter um posto de saúde, uma praça para as crianças e uma sede para a associação” (Lucinha, entrevista pessoal, 2025). Essas aspirações representam mais que necessidades materiais, elas refletem o desejo de autonomia e reconhecimento. O futuro imaginado por Lucinha é coletivo: um espaço onde todas as gerações convivem, trabalham e celebram juntas, reafirmando a solidariedade como fundamento da vida quilombola.

2.9 A voz do quilombo e o poder da fala

Ao final, Lucinha resume o sentido de sua luta: “Eu gostaria que as pessoas de fora reconhecessem a força e a união do Quilombo Menino Jesus” (Lucinha, entrevista pessoal, 2025). Sua fala devolve ao quilombo o direito de se representar e narrar sua própria história, deslocando a lógica histórica que sempre falou sobre as comunidades quilombolas, mas raramente a partir delas.

Spivak (2010), ao discutir a impossibilidade histórica de a mulher subalterna ser ouvida, argumenta que o silenciamento não é apenas a ausência de fala, mas um sistema que desautoriza quem fala e define quais vozes são consideradas legítimas. A partir dessa reflexão, é possível compreender a potência política da fala de Lucinha: mesmo inserida em um contexto de múltiplas camadas de subalternização — por ser mulher, negra, rural e quilombola — ela reinscreve sua presença no espaço público e reivindica o direito coletivo de existir e ser reconhecido.

Sob essa perspectiva, a voz de Lucinha rompe com o silêncio histórico imposto às mulheres negras e quilombolas. Sua experiência pessoal transforma-se em uma ação coletiva,

pois sua narrativa amplia a visibilidade da comunidade e reverte, ainda que parcialmente, processos históricos de apagamento. Ela exemplifica o que Spivak (2010) sugere de forma indireta: que quando a mulher subalterna encontra brechas para falar e ser ouvida, ela desestabiliza estruturas que historicamente limitaram sua agência e produz novas possibilidades de existência política.

Assim, sua fala reafirma o que o próprio artigo propõe: que a trajetória de vida é também uma forma de teoria e de resistência. Ao narrar sua própria história, Lucinha não apenas testemunha; ela interpreta, recria e fortalece a luta do Quilombo Menino Jesus.

CONCLUSÃO

A Comunidade Menino Jesus é um símbolo de resistência, fé e preservação cultural afrodescendente, formada por famílias que transformam suas tradições em herança viva e identidade coletiva. A trajetória da liderança quilombola analisada neste estudo representa não apenas a história de uma pessoa, mas a força de um povo que luta diariamente por reconhecimento, justiça e valorização de sua identidade. Sua atuação reafirma a importância da organização comunitária como instrumento de transformação social e preservação cultural, demonstrando que a resistência quilombola continua viva e necessária diante dos desafios contemporâneos. Compreender e valorizar essa liderança é, portanto, reconhecer o papel essencial das comunidades quilombolas na construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

O avanço desta pesquisa não é apenas a consolidação de um trabalho acadêmico: é o fortalecimento de uma narrativa que nasce no território e retorna a ele como forma de reconhecimento. A trajetória de Lucinha revela que a resistência quilombola constitui um processo contínuo de afirmação identitária e de luta por visibilidade. Ao narrar sua própria história, ela reconfigura o campo social do qual faz parte, demonstrando que o saber produzido nas comunidades tradicionais não é apenas experiência, mas também teoria. Esse saber dialoga com os aportes de Pierre Bourdieu e Gayatri Spivak, ampliando nossa compreensão sobre poder, voz e resistência.

Durante a entrevista, Lucinha expressa um desejo que sintetiza a dimensão social desta pesquisa: “As pessoas devem conhecer mais o quilombo, que essa entrevista deve expandir, é o meu desejo”. Essa fala afirma a potência transformadora do próprio trabalho acadêmico, que ultrapassa o campo científico e se converte em instrumento de valorização cultural e preservação da memória coletiva. Dessa forma, o estudo cumpre seu propósito de dar

visibilidade às vozes historicamente silenciadas, contribuindo para que novas gerações compreendam a profundidade das tradições que sustentam a vida no Quilombo Menino Jesus.

Registrar essas experiências é também um ato de esperança. A pesquisa torna-se caminho e continuidade, atravessando o tempo como um rio que não se apressa, mas nunca deixa de correr. Que este trabalho, nascido da escuta e do respeito, siga abrindo veredas para que o quilombo permaneça dizendo ao mundo, com sua história e sua fé, que resistir é, antes de tudo, existir com dignidade. Que cada palavra escrita aqui floresça na terra do quilombo como semente de memória — porque onde há lembrança, há vida, e onde há vida, há resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Papirus editora, 1996.

VIEIRA, José Guilherme Silva. **Metodologia de pesquisa científica na prática**. Curitiba: editora Fael, 2010.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração pública**, v. 44, p. 367-383, 2010.

FOUCAULT, Foucault. O sujeito e o poder. In:DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel **Foucaul, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

SANTOS, Thaís Suisso. **"PODE A QUILOMBOLA FALAR?"-Um estudo sobre a construção do poder das mulheres quilombolas da Região dos Lagos**. 2024. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

SILVA, Maria Fabíola da. **Lider Quilombola Lucinha, em sua casa**. 2025. 1 fotografia.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 141 2010.

SOUZA, Maria Lúcia Gomes de Castro. **Entrevista sobre a trajetória de vida da liderança do quilombo Menino Jesus.** 10 out. 2025. Entrevista realizada por Leonardo Henrique Reis da Silva, presencial com gravação em áudio.